

Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal

Maria Cidália Queiroz

A análise das identidades profissionais dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal¹ forneceu-nos ocasião para observar como a combinação de certas particularidades dos contextos de trabalho com as dos contextos familiares e residenciais dos operários pode contribuir para que a precarização do emprego esteja aqui muito longe de significar um enfraquecimento da integração pelo trabalho, bem assim como das identidades profissionais.

Este estudo de caso permite analisar o impacto do meio de trabalho² e da socialização extra – profissional sobre a construção das identidades sociais, em

¹ Esta análise faz parte de um trabalho de investigação sobre o trabalho e os trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas cujo objectivo principal foi, no quadro da realização de um doutoramento em Sociologia na Universidade do Porto (1999), contribuir para o aprofundamento da problemática das classes sociais, explorando as conexões entre as características objectivas que definem a localização de classe e os diversos tipos de estruturas subjectivas e modelos culturais dos agentes que os ocupam. Este trabalho procura cruzar diversas problemáticas teóricas (abordagem das relações sociais em função das oposições de fundo engendradas pela propriedade privada dos meios de produção; abordagem que põe em relevo o papel do mercado de trabalho em matéria de diversificação das condições de trabalho e dos laços contratuais; abordagem que integra o impacto dos contextos de trabalho sobre o plano da socialização e das respostas identitárias, fazendo da subjectividade uma dimensão incontornável da localização de classe) a fim de não somente propor uma redefinição das principais localizações de classe mas de problematizar as condições que facilitam, comprometem ou mesmo invalidam a formação de grupos reais, capazes de conferir unidade e direcção política à sua afirmação.

² Ele próprio dependente da estrutura do campo dos produtores do quadro construído, cuja análise faz igualmente parte da tese.

particular sobre o desenvolvimento de respostas identitárias fundadas sobre a dissimulação das oposições entre classes, muito pouco propícias à formação de um grupo real envolvido na transformação do sistema hierárquico³.

Os estaleiros da Construção: o verdadeiro contexto de socialização profissional dos operários

A observação directa de numerosos estaleiros permitiu-nos constatar que a empresa, entendida como entidade jurídica, como micro sociedade dotada de uma implantação espacial perfeitamente delimitada, de um pessoal próprio e possuindo uma finalidade económica autónoma, está muito longe de ser o contexto de socialização profissional mais frequente dos operários da Construção Civil e Obras Públicas.

A mobilidade geográfica dos locais de produção, assim como a circunstância de esta envolver a reunião, no próprio local de consumo, de uma grande variedade de materiais e componentes, de operações técnicas, de procedimentos e competências profissionais explica que o estaleiro, e não a empresa, assuma o estatuto de verdadeiro contexto de socialização dos operários da construção.

O facto de o processo de trabalho ter que recorrer a parcelas de solo sempre renovadas impõe a constituição de contextos técnico-organizativos e de sociabilidade efémeros, manifestamente distanciados dos modelos de produção estáveis, repetitivos e previsíveis, típicos da indústria. Mas a complexidade das actividades de construção não se fica apenas a dever às particularidades de uma organização produtiva dificilmente compatível com os procedimentos de maximização do rendimento do trabalho próprios do método taylorista (parcelamento das tarefas e intensificação do controlo sobre o trabalho). Ela

³ Ela fornece um exemplo que pode ser interessante confrontar com a tipologia de formas de integração profissional proposta por Serge Paugam in *Le salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000. Com efeito, se bem que se aproxime, em certos aspectos, do tipo que este autor designa pela expressão « integração incerta » (na qual a instabilidade do emprego não é forçosamente acompanhada de uma insatisfação por relação ao trabalho, pois que, este é vivido pelos assalariados como um meio de afirmação social), o caso dos operários da Construção afasta-se dele em alguns aspectos, nomeadamente no que concerne à localização de classe dos assalariados em causa (trata-se de operários e não, como nas análises de correspondências múltiplas de Paugam, de profissões intermediárias e quadros superiores) e da sua relação com o assalariamento (combinação de estratégias de resistência à proletarianização e de estratégias de valorização no quadro de uma carreira assalariada).

fica também a dever-se ao facto de envolver uma grande número de participantes e uma enorme variedade de relações.

No estaleiro convergem empresas e trabalhadores com características bem diferenciadas, sendo que só aí é possível captar a intensa e complexa rede de relações que permitem assegurar a necessidade de conciliar a adaptação à variabilidade com o controlo da produção, a descentralização das decisões com a manutenção dos princípios de produtivismo e autoridade.

Interessa, em particular, destacar que só no estaleiro é possível dar conta do papel determinante da subcontratação enquanto modalidade económico-jurídica que mais contribui para a institucionalização do casualismo nas relações laborais e para o enfraquecimento da acção sindical.

Afirmar que o estaleiro possui uma autonomia enquanto contexto específico de socialização dos operários da Construção não deve, pois, fazer-nos perder de vista que as empresas da Construção se diversificam tendencial e esquematicamente segundo dois grandes tipos de organização que não devem ser menos-prezados quando pretendemos apreender a complexidade das dinâmicas de acesso aos saberes profissionais e às referências ideológico-culturais que os agentes investem nas suas leituras dos princípios de hierarquização e na construção da sua identidade profissional.

O estudo do campo dos produtores permitiu distinguir duas lógicas, mais do que dois tipos puros perfeitamente delimitados: as empresas cujos princípios de organização se inscrevem numa lógica artesanal e aquelas outras em que a gestão da mão-de-obra se organiza em torno da coexistência de um segmento de trabalho qualificado e seguro com um segmento precário e que, segundo a terminologia de Sainsaulieu, se poderiam designar por empresas duais⁴.

As primeiras oferecem aos assalariados condições concretas de identificação com a figura do patrão, reais oportunidades de progressão profissional e de ascensão social, favorecendo uma imbricação particular entre identidade profissional forte e sentimento de pertença à empresa. As segundas estimulam a diferenciação técnica e a fragmentação social enquanto modos privilegiados de adaptação às novas exigências económicas, assim como às modalidades

⁴ Esta diferenciação inspira-se nas análises de R. Sainsaulieu, nomeadamente, R. Sainsaulieu, I. Francfort, F. Osty et M. Uhalde, *Les mondes sociaux de l'entreprise*, Desclée de Brouwer, Paris, 1995; R. Sainsaulieu, *Méthodes pour une sociologie de l'entreprise*, Presses de la Fondation Nationales des Sciences Politiques et Agence Nationale pour l'Amélioration des Conditions de Travail, Paris, 1994.

sempre mais acentuadas de divisão vertical⁵ e horizontal⁶ do trabalho e do poder.

Para não ficarmos no esquematismo dos modelos, convém notar que existem empresas de média e grande dimensão cujo funcionamento repousa sobre uma espécie de síntese dos dois modelos de organização (empresa-comunidade e empresa dual) e que se revelam bem mais favoráveis à identificação com o ofício do que com a empresa. As competências do ofício são aí valorizadas, na medida em que, não podendo ser transferidas para o sistema técnico, continuam a fazer apelo ao saber incorporado pelo indivíduo, se bem que o sistema de gestão, em particular de gestão da mão-de-obra, se aproxime do da empresa dual.

Nesse verdadeiro contexto de socialização que é o estaleiro, as redes complexas de empresas e de trabalhadores são aí atravessadas por lutas de poder entre os agentes do campo dos produtores, podendo apresentar-se a figura da “empresa por conta de outrem” como o exemplo mais claro da perda de controlo sobre os próprios meios de produção por parte das unidades empresariais mais pequenas.

Acrescente-se que a participação das várias empresas nessas redes se diversifica de tal forma que algumas se limitam à concepção de projectos e controlo administrativo, externalizando a totalidade do trabalho operário, outras apenas desempenham o papel de fornecedoras de mão-de-obra, quase sempre precária e, em grande parte, clandestina, outras, ainda, executam componentes da obra com utilização de instrumentos técnicos próprios e segundo procedimentos autónomos.

Se bem que sejam frequentemente dominadas pelas maiores, as pequenas e muito pequenas empresas retiram várias vantagens destas relações, desde a possibilidade de produzir sem correr o risco de investir o seu próprio capital, à apropriação duma parte do valor produzido pelos operários clandestinos de que são as principais recrutadoras. Cabe referir que esse modo de produzir através das redes de subcontratação inter empresas corresponde a um tipo de organização em que as mais poderosas procuram tirar o máximo partido da mão-de-obra qualificada sem internalizar os custos da sua formação, procuram externalizar ao máximo os encargos decorrentes da contratação de mão-de-obra operária e instalar uma pluralidade de vínculos contratuais geradores de acrescidas desigualdades dentro da mesma categoria sócio profissional.

⁵ Entre quadros e operários ou, noutros termos, entre concepção e execução.

⁶ Entre profissionais qualificados e valorizados e agentes não qualificados em perda de legitimidade.

Há muito instaladas nos estaleiros da Construção, as desigualdades decorrentes do recurso à gestão flexível da mão-de-obra não deixaram de induzir um retraimento acrescido da capacidade de organização e de protagonismo colectivos dos assalariados.

É que, na Construção, as consequências deste tipo de gestão são particularmente devastadoras pois que se desenvolve em contextos relacionais, já de si, voláteis, difíceis de definir e onde se torna quase impossível reconhecer opositores e aliados.

Um dos problemas que mais dificulta o acesso à organização como condição para obter maior valorização do trabalho é o que remete para o facto de a construção envolver uma sucessão de fases, cada uma delas ainda mais efémera que o estaleiro, implicando a constante deslocação das equipas de operários para outros locais onde se encontrarão com outras equipas igualmente voláteis. Em última instância, é a possibilidade de perceber a empresa como um todo e de tomar consciência das lógicas que sustentam a dualidade dos princípios de gestão da mão-de-obra que está radicalmente comprometida.

Único lugar de sociabilidade operária, o estaleiro tem traços que o singularizam fortemente por relação ao mundo social e cultural da fábrica, a começar pela sua fugacidade que, em combinação com a extraordinária fragmentação da relação salarial, é um dos obstáculos mais poderosos não somente à tomada de consciência da situação de comum exploração, mas também do acesso à organização colectiva dos operários.

O estaleiro é assim bem diferente do mundo concentracionário da fábrica que constitui um contexto de sociabilidades duráveis, permitindo a multiplicação das relações de interconhecimento indispensáveis à tomada de consciência das diferenças e das semelhanças, da desigualdade de oportunidades em matéria de acesso aos recursos económicos e simbólicos, criando, enfim, reais ocasiões de confrontar e debater os factos e os pontos de vista.

Em tais condições, não é nada surpreendente que a introdução de princípios de gestão dual da força de trabalho não desencadeie, nas empresas de construção civil, a acentuação das rivalidades, dos sentimentos de rancor impotente face à dominação e a outras manifestações de degradação do clima de trabalho que podem ser observadas em numerosos sectores de actividade.

Em suma, se bem que contribua para acentuar a diferenciação social, este tipo de gestão de recursos humanos não produz, na Construção Civil, os efeitos de perda de coerência organizacional, de oposição generalizada e de falta de legitimidade que se pode detectar no quadro da fábrica. É que a fugacidade e a volatilidade dos estaleiros, únicos espaços onde as posições e as distâncias que

dividem os assalariados podem ganhar uma certa visibilidade, não permitem perceber o contraste entre as estratégias patronais que deliberadamente procuram assegurar a coesão do pessoal de enquadramento e as que visam aumentar a rentabilidade da força de trabalho operária, submetendo-a a fortes pressões em matéria de prazos, de cadências e de horários, sem contrapartidas directas.

Um outro facto que muito ajudará a explicar esse alheamento dos operários relativamente à sua organização autónoma é o que remete para a forte presença das pequenas empresas de tipo artesanal, favorecendo a criação de contextos organizacionais fortemente integrados e a progressão profissional típica dos ofícios.

A preservação dessa multidão de pequenas empresas que asseguram grande parte da socialização profissional dos operários é francamente favorável à interiorização de todo um conjunto de disposições que reduzem a capacidade de politizar as relações de trabalho, desde logo porque o paternalismo próprio da cultura deste tipo de empresa, constitui um importante factor de resistência ideológica à oposição entre classes.

Comparados com a rigidez imposta pela organização da fábrica, os estaleiros da Construção são materialmente compatíveis com uma dinâmica relacional cujo traço eventualmente mais marcante é a liberdade de conversar, durante o tempo de trabalho, sobre assuntos que nenhuma relação têm com o exercício profissional, de dispor de um transistor e de cantar em alta voz para acompanhar o trabalho, de tornar compatível a realização de tarefas com o divertimento, conferindo ao lugar de trabalho uma ambiência tanto mais calorosa quanto os homens parecem executar as suas tarefas com gosto e uma alegre desenvoltura.

Outras práticas, como as de tomar as refeições no próprio estaleiro, viajar no mesmo meio de transporte fornecido pela empresa, jogar as cartas durante a pausa do almoço, mesmo, fazer uma pequena sesta antes de retomar o trabalho, ou como a possibilidade de passar despercebido quando se decide fazer uma curta pausa para repousar, conversar ou beber qualquer coisa, contribuem para dar uma certa vivacidade e alegria ao mundo social do estaleiro.

É a persistência dos fundamentos culturais da empresa – comunidade e da identidade profissional que, em concertação com a extraordinária fragmentação das pequenas empresas produtoras e a forte presença das formas atípicas de emprego, confere aos estaleiros da Construção um conjunto de características que diluem a percepção das clivagens sociais e configuram um obstáculo forte à construção de identidades de classe.

O clima de relativa liberdade que reina nos estaleiros, onde o controlo dos homens está bem afastado da disciplina severa que, noutros sectores industriais, constringe o corpo, os gestos, as trocas verbais com os colegas, os tempos de pausa, etc..., e, ao mesmo tempo, as reais oportunidades geradas pelas pequenas empresas de aceder a carreiras profissionais socialmente ascensionais, tendem a dissipar ou a compensar a existência de um mundo desigual e clivado. Do ponto de vista das reivindicações e do poder de negociar as suas condições de trabalho, estes operários são actores fracos e desmunidos face às múltiplas formas de exploração e de dominação que se exercem sobre si, reduzidos a utilizar a única força que resta aos actores dominados, a negociação de pequenas soluções quotidianas destinadas a matizar a dureza das suas condições de trabalho.

O fechamento em posições defensivas, fortemente individualistas, e a desorganização das modalidades de regulação colectiva das condições de trabalho estão, cada vez mais, na origem de contextos de trabalho muito atomizados não obstante a sua abertura a uma cultura de tipo comunitário em que as relações de interconhecimento pessoal, os laços ou a camaradagem no local de trabalho, a continuidade entre as sociabilidades nascidas no local de residência e as proporcionadas pelo trabalho conferem um certo tipo de coesão aproximada da que Durkheim designou por solidariedade mecânica.

A persistência dessa cultura, em que as distâncias hierárquicas não são sinónimo de separação rígida em matéria de convivência, e em que o superior hierárquico é investido de uma autoridade algo semelhante à do pai, contribui para que a competição entre trabalhadores da mesma categoria profissional não assuma os mesmos contornos que noutras indústrias em que os locais de trabalho, mais estáveis e mais rotineiros, reúnem as condições mais favoráveis à comparação entre pares, a uma grande visibilidade das diferenças e, finalmente, ao trabalho de interpretação das desigualdades engendradas nas e pelas relações sociais próprias do contexto de trabalho.

A separação física da produção material por relação ao lugar onde funcionam os serviços administrativos e contabilísticos da empresa é uma outra característica cuja relevância sociológica é tanto mais significativa quanto dessa separação resulta uma real dificuldade de aceder à consciência da relação salarial. Não raro no decurso da administração do inquérito que levamos a cabo, foi possível constatar que os operários manifestavam ignorância e alheamento, não só em relação ao nome da empresa que os assalaria como da própria localização da sua sede. Para além do facto de o pagamento dos salários ser geralmente feito no próprio estaleiro, já de si efémero, outros factores concorrem para que esse reconhecimento da entidade patronal e, a fortiori, da sua política de gestão

da mão-de-obra sejam realidades que não suscitam a atenção de muitos operários da construção. São de salientar, em particular, algumas características dos universos sociais que constituem as reservas preferenciais da mão-de-obra operária deste sector de actividade.

Continuidades entre a cultura camponesa e artesanal de numerosos operários da Construção e os universos culturais dos estaleiros

A fim de explorar a relação entre a socialização pré e extra profissional e a que se realiza nos locais de trabalho, é preciso dar conta de que a Construção tem sido tradicionalmente, no Nordeste de Portugal, uma actividade económica de transição entre a Agricultura e a Indústria⁷, funcionando para as gerações operárias de origem rural como oportunidade de ascensão e de valorização sociais.

Se é certo que o recrutamento das jovens gerações de operários da Construção, nesta região, não se restringe aos filhos de operários agrícolas, há, todavia, lugar para sublinhar que uma parte significativa da mão-de-obra da Construção mantém uma ligação a modelos culturais, práticas sociais e modos de vida típicos da cultura camponesa e artesanal.

A região do Litoral Norte de Portugal é caracterizada pela existência de áreas de industrialização e urbanização difusas onde agricultura de subsistência e actividades industriais e terciárias se interpenetram, gerando condições favoráveis à emergência da pluriactividade.

⁷ As informações fornecidas pelos diversos recenseamentos permitem observar as tendências de recomposição sectorial da população activa no Distrito do Porto, confirmando a recente saída da Agricultura de uma parte muito importante da mão-de-obra e, de forma concomitante, a expansão da população activa na Construção. Num número significativo de concelhos deste distrito, o aumento persistente dos activos deste ramo industrial transforma-o em principal empregador, ultrapassando em certos casos a indústria transformadora no seu conjunto ou mesmo o sector terciário. Apesar da heterogeneidade do processo de recomposição económica e social dos diversos concelhos, o facto de a Construção representar, em 1991, 28,5% da oferta de emprego, no conjunto do distrito do Porto, prova bem que este ramo acolheu uma parte muito significativa da força de trabalho libertada pela Agricultura. Entre 1960 et 1991, a oferta de postos de trabalho passou de 8 101 (17,9% do emprego) para 21 680. A análise dos fluxos de mão-de-obra, saindo da Agricultura e entrando na Construção em cada um dos concelhos permitiu-nos concluir que uma boa parte dos 12 000 activos que deixaram a Agricultura integraram-se directamente nas actividades da Construção ou, noutros termos, que cerca de 40,3% da mão-de-obra da Construção possui um laço ainda muito recente com a Agricultura.

A própria Área Metropolitana do Porto se organiza a partir de uma aglomeração urbana principal, em curso de terciarização, que cresce em função do desenvolvimento de uma série de pólos urbano – industriais secundários, nos quais o terciário ganha progressivamente importância, e de uma malha difusa e complexa de pequenas aglomerações e situações dispersas, fundadas sobre uma actividade industrial que se insinua no que resta do tecido rural e se mistura estreitamente com a função residencial, no quadro de modalidades de habitat disperso⁸.

Estas formas particulares de ocupação do espaço favorecem a perpetuação, no seio dos grupos familiares, do que é correntemente designado como “pluriactividade”, um termo que remete para a participação dos activos de um mesmo grupo familiar em diversos tipos de actividade produtiva: agricultura de subsistência, indústria e, cada vez mais, serviços.

Esta modalidade específica de integração dos activos no mundo do trabalho contribui fortemente para a expansão das formas de trabalho precárias neste campo de actividade, transformando a informalidade e a precariedade das relações contratuais em engrenagem que se generaliza insidiosamente a todos os segmentos da produção, inclusivé os mais modernos do ponto de vista tecnológico e organizacional.

Para compreender porque é que a informalidade das relações de trabalho não é apercebida por aqueles que a sofrem como uma desigualdade inaceitável, mas mais como uma resposta adequada ao que frequentemente consideram como uma extorsão ilegítima de uma parte do salário pelo Estado, é preciso ter em conta em que medida a persistência de economias familiares fundadas sobre a propriedade ou a posse da terra é uma situação que leva a investir na obtenção de um acréscimo imediato de rendimentos no quadro de estratégias de acumulação de um pequeno património familiar.

Se bem que a submissão formal do trabalho agrícola ao capital seja particularmente acentuada nas famílias onde a pequena agricultura de subsistência se combina com o salariedade industrial ou terciário, não há dúvida de que a perpetuação da relação entre o produtor directo e os meios de produção, assegurada, em grande parte, graças à propriedade ou à posse da terra, é portadora de consequências ideológicas particularmente significativas. Ela contribui para

⁸ Ver a este respeito os estudos de Jorge Gaspar, nomeadamente, *Portugal. Os próximos vinte anos - Ocupação e organização do espaço*, 1º volume, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

dissimular a posição dominada nos processos de produção social e, de uma maneira talvez ainda mais decisiva, alimenta o investimento em estratégias de conservação e, mesmo, de amplificação duma “independência” apercebida como gratificante.

A fim de compreender a expansão insidiosa da cumplicidade entre trabalhadores e empregadores na indústria da Construção é pertinente precisar um pouco,⁹ as particularidades das estruturas familiares do Nordeste de Portugal, nomeadamente no que concerne ao peso considerável dos grupos domésticos complexos¹⁰ e à intensividade da actividade das famílias.

O centro e o norte do litoral português fazem parte das regiões onde os grupos familiares complexos estão mais representados. No início dos anos oitenta, mais de 20% das famílias residentes nestas regiões correspondiam a este tipo e a proporção de famílias contando mais de dois activos era sensivelmente da mesma ordem¹¹.

A persistência dos grupos familiares complexos está, em certas regiões estreitamente associada ao papel que a família assume enquanto agente económico, quer dizer, enquanto grupo directamente implicado na produção e não como simples lugar de consumo.

Não é excessivo sublinhar, por outro lado, que a forte correlação entre propriedade rural, herança e família, configurando uma estrutura pertinente para a preservação da organização económica e social da produção agrícola de tipo artesanal, constitui, em si mesma, um terreno particularmente propício ao desenvolvimento de actividades produtivas informais.

O próprio modelo de especialização da indústria portuguesa se encarregou de impulsionar, nestas regiões do litoral norte e centro, a concentração de indústrias transformadoras mão-de-obra intensivas, algumas delas quase totalmente orientadas para a exportação, precisamente porque a articulação funcional com a agricultura camponesa e a preservação da pequena propriedade da terra

⁹ Confrontar, em particular, J. Ferreira de Almeida, *Classes sociais nos campos - camponeses parciais numa região do noroeste*, Ed. do Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986, J. Madureira Pinto, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Ed. Afrontamento, Porto, 1985, A. Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Ed. Afrontamento, Porto, 1994.

¹⁰ Este termo designa os grupos domésticos formados por dois ou mais casais e por outros parentes além do casal.

¹¹ Cfr. J. Reis, *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Ed. Afrontamento, Porto, 1992.

lhes permite extrair vantagens competitivas a partir da sobre exploração da mão-de-obra¹².

Para a produção das predisposições que favorecem a demonstração de docilidade e uma boa adaptação à desregulação das condições de trabalho muito contribui a possibilidade de estes operários poderem conservar as margens de autonomia, de liberdade e de poder que a propriedade lhes permite, em certa medida, conservar. Quanto mais a penetração das relações de produção capitalistas e a perda total de controlo sobre os instrumentos de trabalho são vividos como uma espécie de morte social e como privação insuportável de objectos de investimento afectivo particularmente importantes, mais estes operários tenderão a viver a sua condição salarial com uma certa exterioridade, isto é como recurso complementar no quadro de um modo de vida ancorado num projecto de acumulação familiar.

Não é por acaso que, em certos sectores tais como a Construção, a Confeccção e o Calçado, o poder patronal valoriza particularmente a fraca propensão destes operários rurais para as reivindicações colectivas e para as contestações ideológicas, sem esquecer uma outra característica que reforça a confiança na sua colaboração: a sua participação em densas redes de interconhecimento fundadas na amizade e /ou na vizinhança.

Não se pretende, entretanto, negar que possam existir outros aspectos que aconselham a relativizar as vantagens que estes operários representam para o funcionamento das indústrias em causa, designadamente alguns inconvenientes ligados a uma menor predisposição para interiorizar as cadências, uma maior tendência para o absentismo sazonal e uma menor implicação na vida da empresa.

As estratégias de flexibilização acabam, entretanto, por representar um saldo positivo para as empresas, na medida em que se revelam particularmente eficazes para, simultaneamente, diminuir os custos e assegurar um controlo acrescido sobre o trabalho.

Pluriactividade, precariedade do emprego e resistência à proletarização

Do lado dos trabalhadores, a proliferação da subcontratação, do contrato de duração determinada, dos empregos clandestinos representa, para retomar a

¹² Recaindo sobre o grupo doméstico e o espaço rural uma parte dos custos de reprodução da força de trabalho.

expressão utilizada por A. Santos Silva¹³, uma oportunidade tática de obter recursos que vêm completar os rendimentos familiares de outras origens.

Dispondo de condições que fazem deles os operários que se identificam menos com o proletariado, estes trabalhadores da Construção, proprietários ou locatários de uma parcela de terra, investem tanto mais, e melhor, no trabalho industrial quanto este representa o meio de manter uma situação de salariado parcial e, se possível, transitória.

Uma socialização fundada sobre o valor patrimonial da casa camponesa, funcionando como uma reserva face à insegurança e à incerteza do mundo exterior, conduz estes operários a ver na pluriactividade o meio que lhes resta para empreender um trajecto de mobilidade ascendente.

É graças à preservação de uma esfera de actividade independente no contexto familiar, seja na agricultura de subsistência, na agricultura modernizada, ou ainda num outro ramo de actividade, que lhes será possível reunir os meios de um acréscimo, não somente de segurança, como de rendimento.

Tendo consciência de que uma das raras possibilidades de serem protagonistas de um projecto de acumulação e de mobilidade ascendente passa pela pluriactividade familiar, tanto mais viável quanto disponham de propriedade ou posse da terra, estes operários revelam-se particularmente imaginativos no que concerne à multiplicação de diferentes combinações entre salariado e actividades independentes, mesmo se a sua independência é mais formal que real e se implica ritmos e condições de trabalho francamente exorbitantes.

No curso da pesquisa empírica conduzida em numerosos estaleiros da Área Metropolitana do Porto, foi possível verificar a presença, visível e regular, de grandes grupos de jovens operários provenientes das mais diversas localidades do mundo rural em desagregação. Foi com grande frequência que pudemos constatar a presença de operários que, durante a maior parte do ano, efectuam migrações semanais regulares entre a sua residência e o seu lugar de trabalho móvel. Aí habitam, durante a semana, em barracos construídos junto ao estaleiro, privados das mais elementares condições de conforto. Aí se mostram prontos a cumprir horários de trabalho intensivos, dependentes dos ritmos da construção e de diversos factores aleatórios, tais como os picos de actividade impossíveis de diferir.

¹³ A. Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Ed. Afrontamento, Porto, 1994.

A sua disponibilidade para realizar horas de trabalho suplementares, de maneira a assegurar uma resposta rápida aos imperativos da produção, por mais imprevistos que eles sejam, explica-se, em grande medida, pelo tipo de relação contratual, oscilando entre o estatuto de trabalhador independente e o de claudestino, e pelas modalidades de pagamento que lhe correspondem, geralmente remuneração à hora ou mesmo ao metro.

Muitas vezes, os operários « não têm mesmo tempo para arrefecer as botas », como nos dizia expressivamente um engenheiro responsável pela gestão directa de um estaleiro de grandes dimensões, ao comentar a extrema dureza física das tarefas dos operários da Construção, muito particularmente quando é necessário trabalhar toda a noite dada a obrigatoriedade de aplicação de certos materiais que, como o betão, uma vez preparados, devem ser aplicados num tempo limitado.

Contrastando fortemente com o comportamento dos operários que são originários de contextos sociais onde a industrialização gerou a separação radical por relação ao mundo rural, ao preço de profundas rupturas dos mecanismos de socialização pré profissional, designadamente dos conducentes à interiorização das disposições de submissão à disciplina do trabalho, as atitudes destes operários demonstram que estas condições de trabalho comportam vantagens susceptíveis de justificar a sua cumplicidade objectiva e subjectiva com as estratégias de gestão da mão-de-obra que predominam na Construção.

De facto, a informalidade e a precarização das condições de trabalho não são apercebidas como os sinais de uma sobre exploração que compromete a segurança futura, precisamente porque o mais importante é dispor de uma liberdade compatível com a obtenção do ganho máximo, aqui e agora, de maneira a ampliar o património familiar.

Além de permitir a formação dos mais jovens aprendizes, a informalidade encaixa no projecto de criar uma actividade independente ou mesmo uma pequena empresa, contando com a existência de fortes redes de sociabilidade familiar.

Notemos que uma das características que melhor definem os pequenos patrões da Construção é precisamente a que remete para o seu percurso profissional, geralmente começado como aprendizes e conduzindo, depois de um longo e penoso processo de aprendizagem, ao domínio do saber necessário para mudar de estatuto sócio profissional e se elevar à condição de pequeno patrão.

Estas expectativas constituem provavelmente um motivo suficiente para que estes operários não se apoiem no salariado como suporte essencial do seu

projecto de vida e explicam, em certa medida, a indiferença de que dão provas a respeito da negociação de formas de regulação da condição salarial.

Pouco inclinados a aceitar a sua proletarianização completa e definitiva, estes operários tendem a elaborar diversas racionalizações do trabalho clandestino e do trabalho precário, fundadas sobre a denúncia do carácter irrisório das vantagens que podem esperar do Estado, incapazes de assegurar um nível de vida digno, e sobre um sentimento de profundo cepticismo face às formas institucionais de solidariedade, eventualmente resultante da sua própria socialização num contexto onde a solidariedade primária é ainda largamente predominante.

A utilização táctica, fortiva e subterrânea da flexibilidade da relação salarial e também, quando isso é possível, do Estado, é simultaneamente efeito e causa da ausência de tradição cultural em matéria de direitos sociais. É um traço típico das formas de organização social nas quais as redes de sociabilidade primária, no seio da família e da vizinhança, constituem o suporte essencial da regulação social, em detrimento das formas associativas, eventualmente mais favoráveis à tomada de consciência das contradições e dos conflitos em que se enraizam a exploração e a dominação.

Para sintetizar, podemos dizer que estamos em presença de um grupo dotado de um sistema de habitus particularmente favorável às racionalizações que desacreditam os processos de organização colectiva e que instala uma autêntica submissão a modelos de forte exploração. Um tal descrédito explica a tendência para recorrer a respostas identitárias individuais de saída da situação, claramente a favor do sistema dominante.

Apesar da sua posição dominada, instável e periférica no mercado de trabalho, estes operários rurais podem retirar da flexibilidade e da precarização da relação salarial vantagens que estão em grande parte interditas a todos os que estão totalmente desmunidos dos meios de trabalho, e completamente dependentes da economia de mercado¹⁴.

¹⁴ Quando se reporta a estes operários rurais ligados a diferentes sectores industriais tais como o Calçado, os Têxteis e a Confecção, A. Santos Silva observa que a sua maneira particular de se mostrarem críticos a respeito do capitalismo traduz-se por um investimento privilegiado em estratégias que permitem mobilizar a polivalência das qualificações manuais, principal recurso de que dispõem além da terra. Estas estratégias passam quer pela obtenção de um emprego no sector público, quer pelo desenvolvimento de uma actividade por conta própria, susceptível de se concretizar segundo uma pluralidade de soluções que vão da manutenção da exploração familiar e da actividade camponesa à sua modernização em vista de uma produção mercantil especializada, passando pela combinação do salariado de um dos membros da família com o trabalho ao domicílio ou a prestação de serviços pessoais, de limpeza, de manutenção ou de reparação, etc..

É preciso, todavia, notar que a Construção se presta particularmente à proliferação de outras formas de pluriactividade, nomeadamente a partir do exercício de uma actividade complementar neste mesmo sector.

Na medida em que comporta uma pluralidade considerável de tarefas diversificadas, das quais muitas não exigem um grande investimento em capital financeiro, nem mesmo em capital tecnológico, a Construção pode representar uma real oportunidade de viver o salariado como uma etapa transitória, necessária para passar à condição de artesão ou de patrão, em particular para aqueles que adquiriram um vasto capital de conhecimentos processuais, de saberes práticos e de saberes – fazer e dispõem de um capital de relações e de influências.

Lembremos que esta tendência para exercer a dupla actividade na Construção, sem excluir a possibilidade de outros membros do grupo familiar manterem um laço com a pequena agricultura familiar, foi largamente confirmada pelos resultados do inquérito, os quais revelaram claramente a presença significativa do fenómeno da dupla pertença de classe mencionado por E. Olin Wright, pois que uma maioria muito significativa dos operários pluriactivos entrevistados declarou exercer uma actividade profissional complementar na Construção enquanto trabalhadores independentes.

Pluriactividade, precarização e desimplicação sindical

Seja na modalidade que combina trabalho assalariado na Construção Civil com tarefas agrícolas, seja naquela outra em que assalariamento e actividade artesanal independente são exercidas neste mesmo ramo, a relação com a precarização tende a induzir atitudes de quase total indiferença face às contradições, oposições e clivagens sociais, assim como de claro desinteresse pela participação sindical.¹⁵

É neste quadro que se pode compreender o ascetismo materialista que conduz os trabalhadores a apostar na poupança, movidos pela convicção de que o trabalho árduo, as horas suplementares, a conquista de prémios de produtividade crescentes e o trabalho fora dos horários habituais representam a única via que, sem garantir o enriquecimento, pode pelo menos conduzir a uma melhoria das condições de existência.

¹⁵ As particularidades sócio culturais do sector do “calçado”, cuja importância é tradicionalmente grande no norte de Portugal, foram analisadas por Elísio Estanque, «Poder, trabalho e cultural local na indústria do calçado» In: Boaventura Sousa Santos (org.), *Portugal, um retrato singular*, Ed. Afrontamento, Porto, 1993.

Na medida em que esses foram os meios que permitiram a uma parte do patronato actual atingir o sucesso económico, há lugar para pensar que este exemplo constitui uma referência activa na génese das aspirações de numerosas famílias operárias que, em consequência, se distanciam das estratégias sindicais (nomeadamente em matéria de contestação da legislação favorável à precarização do emprego) e da identificação colectiva em função de uma lógica de classe.

Mesmo se as identidades constituídas no local de trabalho se revelam relativamente fortes, elas implicam geralmente laços de lealdade com os proprietários e os escalões intermediários da hierarquia e estes laços estão na origem de sistemas de controlo fortemente marcados por um paternalismo autoritário.

Continuando a viver num mundo tradicional ligado à vida rural, operários e proprietários fazem a mesma experiência de uma contradição estrutural entre, de um lado, as solidariedades locais, as lealdades e afinidades entre agentes cujos estatutos sociais são diferenciados e, do outro, os constrangimentos do trabalho, a concorrência económica e a necessidade de modernizar, bem mais propícias à emergência do conflito e da tomada de consciência dos mecanismos sociais de exploração e de dominação.

É fácil compreender que, neste contexto, a pluriactividade se traduz, não somente por uma fraca participação dos trabalhadores na acção sindical mas, ainda, por uma falta de combatividade mesmo da parte dos dirigentes sindicais que, frequentemente são eles próprios, protagonistas de trajectos de ascensão à condição de pequeno patrão.

E mesmo quando a taxa de sindicalização é relativamente elevada, como na indústria do calçado¹⁶, há lugar para pensar que isso não traduz uma real participação sindical, pois que esta se reduz, na maior parte dos casos, a uma simples inscrição cujo objectivo principal é obter uma protecção jurídica e burocrática em circunstâncias tais como a necessidade de informação a respeito do pagamento das horas suplementares, das paragens do trabalho por doença, das ausências justificadas, das indemnizações ou, ainda, a procura de ajuda a fim de preencher as declarações de impostos.

¹⁶ Segundo a análise do autor acima mencionado, esta participação atingia 64% dos trabalhadores no início dos anos 90.

No que concerne à Construção Civil, o inquérito¹⁷ por nós conduzido evidenciou resultados muito próximos dos que vimos a evocar a respeito dos operários da indústria do calçado: 56% dos 764 inquiridos manifestaram uma posição de cepticismo ou de total dissidência por relação aos sindicatos, enquanto que somente 36% declararam que os consideram como uma forma de organização importante para a defesa dos trabalhadores. Sublinhemos, entretanto, que uma boa parte dos 36 % de inquiridos que reconheceram uma certa utilidade dos sindicatos manifestou, sem a menor ambiguidade, uma atitude de forte exterioridade por relação ao trabalho sindical em matéria de negociação salarial, de classificação profissional ou outros aspectos dos contratos de trabalho. Entre estes que consideraram que os sindicatos jogam um papel na defesa dos trabalhadores, o ponto de vista mais frequente consistia em reconhecer que os sindicatos devem existir porque há sempre um momento em que pode haver necessidade, mas que não constituem um assunto particularmente interessante.

Pluriactividade, contexto residencial e fraca identificação com a cultura operária

Se tomarmos como referência os diversos tipos culturais que R. Sainsaulieu analisou na população operária, e muito especialmente o que articula a qualificação do ofício com uma forte predisposição para desenvolver as relações entre pares e com a hierarquia, segundo o modelo da solidariedade crítica, os operários da Construção e Obras Públicas a que nos referimos constituem, sem nenhuma dúvida, um caso bem particular.

Afastados da solidariedade crítica, que supõe uma forte percepção e aceitação das diferenças no seio de grupo de pares, uma particular predisposição para a troca de opiniões assim como a capacidade de comunicar de forma contraditória, suportando a ausência de unanimidade no seio do grupo e construindo consensos, os operários de ofício da Construção são protagonistas duma cultura operária bastante específica.

¹⁷ Sobre este ponto, a questão foi formulada da seguinte maneira: «Indique a característica que, a seu ver, define melhor o papel dos sindicatos »:

- defender os interesses dos trabalhadores;
- só têm vantagens para os delegados e dirigentes sindicais;
- não servem para nada;
- não são necessários neste sector;
- é uma questão que não interessa;
- não tenho opinião sobre este assunto;
- outra opinião. Qual».

Trata-se de operários que preservam certos elementos ideológicos correntes nas famílias camponesas, tais como a valorização da propriedade, uma forte relação com a terra, a resistência a uma total proletarização, assim como uma cultura que valoriza o trabalho manual, a aplicação disciplinada e o investimento voluntário de esforços na realização das tarefas. Mas que, em contrapartida, revelam uma fraca solidariedade de classe, desde logo porque prolongam, no estaleiro, as solidariedades transversais e as afinidades pessoais típicas da sua pertença comunitária. Imbuídos de uma cultura que promove uma profunda aceitação das hierarquias, estão longe de ter adquirido as predisposições que permitem descobrir o grupo como meio estratégico de defesa contra a intervenção arbitrária da autoridade hierárquica e tirar vantagem das suas competências profissionais de ofício, colocando-as ao serviço da organização colectiva enquanto meio privilegiado de pressão na negociação dos seus interesses de trabalhadores.

Assim, os traços a partir dos quais estes operários de ofício da Construção Civil divergem do modelo da «solidariedade crítica» tendem a aproximá-los do modelo da «cultura de fusão», muito mais frequente, segundo Sainsaulieu, entre os operários especializados das cadeias de montagem, cujo trabalho é indiferenciado e pouco qualificado.

Em concordância com observações mais recentes deste autor¹⁸, pode-se, aliás, observar que, principalmente nas pequenas e médias empresas comunitárias (particularmente numerosas na Construção Civil), o clima social é caracterizado por uma lógica relacional típica da cultura corporativa, cultura essa cujo forte potencial de integração assenta numa pluralidade de elementos ainda frequentes em muitos dos operários da Construção Civil.

A forte imbricação entre a vida de trabalho e a vida fora do trabalho, entre a esfera profissional e a esfera privada, a profunda aceitação do lugar ocupado no sistema de estratificação da empresa, a articulação quase «perfeita» entre o funcionamento dos colectivos de trabalho e os interesses de cada um, as intensas trocas afectivas¹⁹ são alguns dos factores que concorrem para a formação de uma identidade de massa, caracterizada por relações de tipo essencialmente fusional.

¹⁸ Cfr. I. Francfort, F. Osty, R. Sainsaulieu et M. Uhalde, *Les mondes sociaux de l'entreprise*, Desclée de Brouwer, Paris, 1995.

¹⁹ Desde logo patentes ao nível da responsabilidade assumida pelo patrão pela progressão profissional do aprendiz que, muitas vezes, faz parte da sua própria família ou, pelo menos do grupo formado das relações de vizinhança ou de amizade.

A particularidade dos contextos familiares e residenciais de muitos dos actuais operários qualificados da Construção Civil representa, pois, uma das condições a ter em conta quando se procura explicar a sua resistência em matéria de identificação com uma cultura operária cuja autonomia depende da consciência e da contestação de alguns dos fundamentos da relação capital-trabalho.

Todavia, para compreender os universos culturais destes operários originários das regiões de urbanização difusa, ou de uma ruralidade ainda mais profunda, e, muito particularmente, a sua resistência às dinâmicas sociais pautadas por uma lógica classista, parece-nos fundamental afastar as interpretações que classificam, de forma excessivamente ligeira, a ideologia camponesa como essencialmente conservadora, imobilista e impermeável à qualquer inovação, como cultura inevitavelmente alinhada sobre as posições das classes dominantes e favorável à preservação das hierarquias sociais estabelecidas.

No quadro de uma análise que pretende dar conta do modo como certas estruturas subjectivas dos agentes, inscritas, por sua vez, em condições de vida bem delimitáveis, constituem obstáculos à formação da classe enquanto grupo real, importa reconhecer que o campesinato parcial dá mostras de uma adaptabilidade e iniciativa consideráveis.

Francoamente propícia a uma deriva para leituras etnocentristas, a reflexão exige, neste domínio, um esforço redobrado de objectivação conceptual, o que implica distanciamento relativamente às imagens eufemizadas das condições de existência camponesa, apresentando-as como uma realidade liberta de contradições, como uma reserva idílica de equilíbrio e de solidariedade, de relação harmoniosa com a natureza, de forte complementaridade entre as gerações e entre os grupos que ocupam posições hierárquicas distintas.

Na realidade, a conservação da pequena propriedade rural ou da actividade independente na Construção Civil tem um preço que é, precisamente, o de implicar penosos métodos e ritmos de trabalho, o sacrifício do tempo disponível para as actividades exteriores à produção, enfim, a cristalização de sistemas de disposições conducentes à auto-exclusão da participação política e à interiorização de sentimentos colectivos de inferioridade²⁰.

Entre os elementos objectivos a que essa inferioridade se associa, citemos, por exemplo, a severa exclusão do acesso à escolarização, expressa nas altas taxas de abandono precoce e de insucesso escolar, que se continuam a registar nestas áreas em que o tecido industrial se interpenetra com a paisagem rural.

²⁰ José Madureira Pinto, in: *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Ed. Afrontamento, Porto, 1985.

Essa real dificuldade em retirar do sistema formal de ensino recursos que permitam uma efectiva integração económica explica o investimento noutros caminhos apercebidos como mais realistas.

É assim que a propriedade da terra ou de um pequeno capital investido numa empresa de construção assume um carácter de recurso tanto mais estratégico quanto estes trabalhadores se sabem impossibilitados de contar com as competências e o capital culturais necessários para assegurar aos seus descendentes uma real oportunidade de retirar da escola os trunfos necessários para resistir à entrada em trajectos de declínio social.

Percepcionando o objectivo de atingir os níveis realmente vantajosos de escolaridade como uma meta irrealista, estes agentes tendem a desenvolver uma cultura do esforço e da tenacidade, apreendidos como exigências inevitáveis que é realisticamente necessário enfrentar para poder alcançar uma posição económica e social mais vantajosa do que a da família de origem.

Conscientes de que não existem para si outras saídas em termos de promoção, ou de resistência à desqualificação, procuram salvaguardar os seus laços com a comunidade local, assim evitando o custo elevado de uma mudança de residência e assegurando uma resposta maleável do grupo doméstico às crises do mercado de emprego.

Analisar esse retraimento face à escola à luz da tradicional resistência camponesa às coisas da cultura e do saber intelectual, sem conceder a devida atenção aos mecanismos de selecção que penalizam severamente estes “herdeiros”, é um exemplo de permeabilidade ao obstáculo etnocentrista. Que o mesmo é dizer, um exemplo da abordagem que elege uma concepção substancialista da cultura em detrimento da análise relacional.

Um contexto económico e cultural fortemente dissuasivo em matéria de investimento na escolarização

Os numerosos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da Sociologia da Educação permitem entender que a retracção face à escola se inscreve em processos sociais de selecção, indissociáveis da relação de dominação simbólica e cultural que o sistema de ensino exerce sobre os descendentes do campesinato.

Para objectivar as razões desse tradicional alheamento face à escola e, mais particularmente ainda, da ideia de que esta apenas serve para desenvolver aspirações irrealistas, gerar a inadaptação às realidades do mundo do trabalho, perder hábitos de vida fundados na aceitação do esforço e das privações como

realidades incontornáveis e na interiorização de uma ética da honra, em total obediência aos valores dominantes, é fundamental não ignorar os constrangimentos que, do lado da instituição escolar, contribuem para confirmar e aprofundar o carácter inacessível da sua cultura.

Os níveis de instrução confirmam plenamente a tese segundo a qual a escola desempenha uma função de reprodução da estrutura de distribuição dos recursos culturais. Com efeito, 41% dos inquiridos mencionaram que o progenitor paterno nem sequer possuía o diploma da 4ª classe, revelando, ainda, que deste conjunto 22,5% eram analfabetos literais e 18,5% analfabetos peri-literais. A conclusão do ensino primário correspondia ao nível de instrução mais frequente entre os progenitores dos inquiridos (51%), enquanto que os pais que tinham efectuado uma escolaridade superior ao ensino primário eram claramente minoritários (4,2%).

A fragilidade da situação escolar das progenitoras é ainda mais aguda, já que, neste caso, o analfabetismo literal e peri-literal atingiam, respectivamente, 37,7% e 18,1% das mães dos operários entrevistados. Os níveis de instrução superiores ao ensino primário (concluído apenas por 40,4% das mães) eram praticamente ausentes²¹.

Não há dúvida que, para tirar plenamente partido da análise relacional das disposições favoráveis ao conformismo e à resignação face aos constrangimentos sociais, é indispensável voltar à questão da oferta de empregos, designadamente no que respeita ao seu impacto na qualificação profissional e, por consequência, no próprio desenvolvimento económico e social das regiões em que a industrialização difusa mais se implantou.

No quadro do modelo de especialização regional da produção, a localização espacial das actividades económicas determinou a concentração, nestas regiões, de indústrias mão-de-obra intensivas, cujo impacto ao nível da qualidade do emprego é francamente negativo, em virtude, nomeadamente, da sua especial propensão para tirar partido de uma pluralidade de modalidades de trabalho precário ou, até mesmo, de trabalho clandestino.

A oferta de emprego predominante nestas regiões tende, assim, a desencorajar o investimento na escolarização, fazendo com que esta seja percebida como pura perda de tempo, já que a qualidade dos empregos disponíveis não permite que uma passagem prolongada pela escola constitua um verdadeiro trunfo.

²¹ 1 % das mães possuía o nível do ciclo preparatório, 0,1% o do terceiro ciclo do ensino básico, 0,1% tinha concluído o ensino secundário completo e 0,2% um curso de nível médio.

Para compreender a manutenção deste padrão de especialização regional, deve-se, igualmente, ter em conta o papel das políticas económicas que se revelaram incapazes de contrariar a histórica dominação do mundo rural, nomeadamente em virtude da insuficiência dos dispositivos visando a reconversão técnica e organizacional do tecido industrial existente, a diversificação das actividades industriais, graças ao desenvolvimento de redes de integração intersectorial, e, ainda, o relançamento da própria agricultura.

Compreende-se, então, que, face a constrangimentos tão fortes e tão imbricados, as aspirações tenham tendência a ser moldadas pelas reais oportunidades. Apesar do enorme esforço e das privações que envolve, o intenso investimento no trabalho oferece alguma compensação e possibilidade de afirmação social, comprovando, ao mesmo tempo, que a escola não é o único meio, e nem sequer o mais seguro, para alcançar a integração no mundo do trabalho e a ascensão social.

Há assim bons motivos para pensar que este sistema de organização económica que mobiliza todo o potencial produtivo do grupo familiar, recorrendo a diversos processos de trabalho no seu próprio seio, representa uma espécie de substituto funcional do capital escolar enquanto trunfo susceptível de gerar ascensão social.

Não se deve, contudo, perder de vista que esta capacidade de cálculo estratégico, sem dúvida reveladora de uma certa engenhosidade e de uma predisposição para lutar com tenacidade pela elevação do nível de vida, é mais motivada pelo conformismo do que pelo questionamento crítico da exploração e dos modelos de vida francamente penalizadores, aos quais os indivíduos têm que se submeter para se preservarem da indignidade e de uma desclassificação social vivida como particularmente negativa.

Um contexto social fortemente dissuasivo em matéria de implicação cívica

Continuando a explorar a linha de raciocínio segundo a qual as condições de vida e de trabalho constituem a base objectiva de configurações ideológicas e de sistemas de predisposições indutores de sentimentos de inferioridade face ao mundo urbano e ao poder do Estado, de retracção em matéria de participação política e, finalmente, de processos de auto-exclusão social, é altura de orientar a nossa análise numa outra direcção.

Referimo-nos à abstenção política, um fenómeno que, ao prolongar uma antiga propensão da condição camponesa, dá conta da permanência de certos

traços tradicionais, apesar do processo de mudança adaptativa que representa o florescimento (segundo uma variedade de modelos²²) da pluriactividade.

Um destes traços estruturais reside na comum dependência dos processos de trabalho da Agricultura e da Construção Civil face às contingências meteorológicas que, apercebidas como incontroláveis, não deixarão de contribuir para a interiorização do sentimento de que o destino pessoal depende principalmente da Providência, sentimento esse aliás fortemente estimulado pelas instituições religiosas que são particularmente activas nestas regiões.

Por outro lado, nas comunidades em que a pluriactividade ancorada na agricultura mantém uma certa expressão, persistem outras características da cultura camponesa, tais como a tendência para considerar o resto da economia como qualquer coisa de exterior (isto é, como uma realidade que não é possível influenciar e tende, por isso mesmo, a ser percebida como fixa e imutável), a consciência difusa da submissão ao capital e a falta de abertura ao investimento nas práticas políticas e sindicais.

Além disso, interessa notar que o parentesco, o mais importante princípio organizador da vida camponesa e recurso face às crises, o parentesco, sobrevive, ainda, segundo formas que, apesar de mais mitigadas do que na comunidade aldeã pura, não deixam de constituir um factor de desencorajamento da acção política e de maior valorização da densidade das relações de interconhecimento.

Este pano de fundo cultural permite entender que os indivíduos se mostrem bem mais predispostos para apoiar causas compatíveis com a neutralização ideológica das contradições, causas que privilegiam os temas da unidade do mundo rural, da identidade local e da sua demarcação face ao mundo exterior e manifestem um nítido afastamento em relação aos processos sociais de carácter essencialmente classista²³.

²² Retomando a tipologia proposta por A. Santos Silva, é possível considerar um primeiro modelo de pluriactividade no qual o trabalho dos activos nos sectores secundário e terciário vem complementar um investimento familiar que privilegia a pequena agricultura camponesa; existe todavia outro modelo em que o investimento principal parece incidir no trabalho não agrícola, sendo que o trabalho agrícola a tempo parcial não representa mais do que uma retaguarda de segurança, permitindo satisfazer algumas necessidades alimentares, libertar esporadicamente algum rendimento e dispor de uma reserva de solo que facilita a resolução da questão do alojamento; por sua vez, o terceiro modelo tem a marca de uma ruptura em relação às referências familiares camponesas, já que a pluriactividade se desenvolve quer no seio do salariado, quer através de uma combinação entre salariado e produção independente.

²³ Segundo os resultados do referendun sobre a regionalização, são as regiões do Norte e do Centro (interior e litoral), à excepção da cidade do Porto, que apresentaram as mais elevadas taxas de recusa deste processo. Tais resultados podem ser lidos como sinais de uma particular predisposição para uma concepção fusional da unidade nacional, incompatível com o reconhecimento conflitual

Os relativamente elevados níveis de integração normativa que continuam a verificar-se em muitas destas colectividades de industrialização difusa (não obstante a penetração das relações especificamente capitalistas e a desagregação que tende a atingir os factores de equilíbrio e de coesão sociais, designadamente ao nível da família) contribuem para formar um terreno social no qual persistem determinadas características de uma cultura em que hierarquia e harmonia se compatibilizam à custa da aceitação acrítica e conformista do lugar ocupado por cada um.

É provável que a tradicional exterioridade política do campesinato, característica sublinhada por uma pluralidade de estudos²⁴, esteja ainda bem presente na cultura dos operários que nasceram ou residem nestas regiões de industrialização difusa.

Um contexto residencial e familiar em que o trabalho é uma referência estruturante

A compreensão dos universos simbólicos destes operários das regiões de industrialização difusa passa, ainda, pela análise pormenorizada de outros aspectos, ligados ao trabalho, deixando claro que a adaptabilidade de que dão provas está ancorada numa profunda interiorização do valor do trabalho manual e artesanal, uma das referências mais centrais de numerosas práticas familiares e locais, designadamente das festividades tradicionais²⁵.

das diferenças e a negociação dos interesses. Associada a uma percepção do conflito e da divergência como algo ameaçador e destruidor, esta predisposição constitui um dos fundamentos do conservadorismo, da fraca consciência de classe e de uma reduzida propensão para as práticas associativas, sobretudo quando estas têm objectivos reivindicativos.

²⁴ Uma exterioridade que, segundo J. Madureira Pinto e J. Ferreira de Almeida, se traduz por um fraco desenvolvimento do associativismo, uma forte predisposição para se manter alheio às informações mediáticas, um nítido descrédito quanto ao valor da intervenção pessoal em matéria de questões políticas, um acentuado abstencionismo, significando, em suma, a relativa incapacidade das fracções rurais subordinadas, pelo menos aquelas que são mais desmunidas de capital escolar, para intervir nos processos políticos nacionais.

²⁵ A. Santos Silva (opus cit.) dá numerosos exemplos de celebrações nas quais o trabalho é colectivamente afirmado como valor, não somente porque a sua realização implica uma intensa cooperação entre um grande número de indivíduos e tarefas exigentes em matéria de iniciativas e esforços, mas, também, porque as próprias festividades elegem uma determinada actividade produtiva como objecto de celebração.

Deste modo, a festa exprime e consagra uma concepção do trabalho que faz apelo à implicação do corpo, à intensidade do esforço e da força física e, simultaneamente, ao domínio de um saber e de uma habilidade técnica na manipulação de ferramentas, à união do corpo, da mão e do cérebro que torna possível a reprodução dos modos de fazer transmitidos de geração em geração, a uma concepção do trabalho, enfim, que não é simples meio para obter os recursos indispensáveis à subsistência mas, ao mesmo tempo, oportunidade de tomar parte em redes de relações sociais e de exercer um certo domínio criador sobre a natureza.

A ausência de separação entre tempo de trabalho e vida familiar, que caracteriza o regime de trabalho na tradição camponesa e artesanal, e a inexistência de uma nítida demarcação entre actividade profissional e lazer, entendido como tempo livre dedicado aos interesses e gostos de cada um, igualmente contribuem para afirmar o trabalho como um elemento em torno do qual toda a vida se organiza.

Foi no quadro desta tradição camponesa e artesanal que os trabalhadores que, hoje, recorrem à pluriactividade, forjaram as disposições necessárias para suportar horários e condições de trabalho que, para outros grupos sociais, muito mais familiarizados com uma delimitação clara e legalmente regulamentada entre tempo livre e tempo de trabalho, ultrapassam, de longe, os limites do suportável.

Não havendo sido socializados numa cultura que estabelece uma estrita oposição entre o tempo de trabalho profissional, subalterno e dirigido, e o tempo para si, utilizável em função dos interesses, necessidades e critérios de cada um, mas, antes, familiarizados, desde a infância, com uma lógica que faz da reprodução familiar o objectivo estratégico que se repercute sobre todas as dimensões da vida, estes operários pluriactivos dão provas de uma forte disposição para conceber o trabalho, no sentido geral do termo, não como a imposição exterior de uma actividade profissional, mas como utilização produtiva da energia de que dispõem para tirar partido dos recursos disponíveis.

Nas situações em que as tarefas assumidas na produção industrial o permitem, designadamente em virtude da permanência de postos de trabalho de operários de ofício, o assalariamento pode, então, representar um meio para reforçar esta profunda predisposição para associar trabalho e iniciativa criativa, fazendo apelo à implicação do corpo, da mão, do cérebro e dos afectos numa experiência de vida que, mau grado todos os elementos regressivos do ponto de vista social e cultural, deixa uma margem de «liberdade» e autonomia, sem dúvida estreita, mas vivida como única oportunidade de salvaguardar a sua dignidade pessoal.

A aprendizagem, desde a infância, das competências e capacidades inerentes ao «trabalho manual», segundo uma lógica de continuidade e de articulação entre o contexto de socialização da família e do estaleiro²⁶, representa um recurso

²⁶ Através da execução de tarefas relacionadas com a Construção Civil, tais como a reparação das paredes, do telhado, dos pavimentos, das pinturas da casa familiar, e outras actividades que fazem apelo aos saberes do carpinteiro, do electricista, ... nos momentos deixados livres pela escola, pelas brincadeiras ou pela profissão.

que predispõe os jovens operários a uma boa adaptação nesta indústria, patente no seu acesso à qualificação, muitas vezes numa perspectiva de polivalência.

Portadores de uma profunda predisposição cultural para a aprendizagem da relação física com o mundo e para a utilização instrumental da sua inteligência prática e da sua sensibilidade para a manipulação de objectos e ferramentas, a fim de resolver numerosos problemas e amenizar as carências do quotidiano, estes operários são familiarizados com uma grande diversidade de problemas práticos e revelam-se particularmente adaptados à polivalência das operações manuais. O que contrasta, às vezes, fortemente com a sua desqualificação em matéria de formação tecnológica e de comportamento organizacional.

A congruência entre a lógica do ofício artesanal e o tipo de posto de trabalho que predomina na Construção Civil é um facto que remete para as próprias dificuldades de implantação, nesta indústria, de processos e organizações de trabalho fundados na incorporação de uma tecnologia que se substitui à intervenção da mão e, também, do cérebro humanos, dificuldades essas que explicam, numa larga medida, a preservação da qualificação tradicional.

Os artistas, os mestres pedreiros ou carpinteiros de toscos, os pintores, os estucadores são ainda uma referência significativa no universo de trabalho da Construção Civil, configurando um conjunto de operários tanto mais valorizados quanto iniciaram, logo na infância, um longo percurso de familiarização com as matérias, e as técnicas, de incorporação de destrezas, segundo um regime de aprendizagem fundado na observação e imitação prática, em que a relação entre a idade e a hierarquia funcional é regra incontornável.

Ser um executante exímio, dotado de uma grande capacidade de manipular as ferramentas e de efectuar um trabalho perfeito, é uma qualidade tanto mais valorizada quanto a construção artesanal, mesmo que apenas na aparência, tende a ter mais prestígio do que a que procura aproximar-se dos modelos de produção industrial, através do recurso a componentes standardizados e a modos de construir estereotipados.

Muitos outros traços da socialização profissional na Construção Civil se inscrevem nesta relação de continuidade com as formas de sociabilidade típicas da cultura camponesa e artesanal, como é o caso do ambiente que se cria quando há lugar a deslocações que implicam viagens, refeições e, às vezes, até, dormidas em conjunto, prolongando as relações de vizinhança durante o trabalho e reforçando a ausência de separação entre vida profissional e pessoal, de tal modo que tudo parece confirmar e consolidar a valorização cultural da relação com o trabalho.

Apesar da penosidade das tarefas e da intensidade da exploração, a relação com o trabalho comporta uma série de traços específicos, tais como a posse de saberes práticos socialmente reconhecidos e utilizáveis em numerosas circunstâncias, um grande investimento cognitivo e afectivo no exercício do ofício e no trabalho efectuado, uma relativa autonomia, sobretudo quando se estabelece comparação com a condição de empregado subalterno numa organização fabril ou terciária.

Note-se, aliás, que quando comparada com outros ramos de actividade industrial mão de obra intensivos e, portanto, favoráveis ao recrutamento de uma força de trabalho com as características que acabamos de descrever (tal como o Calçado, o Têxtil e a Confecção, a Madeira e a Cortiça), a Construção Civil apresenta claramente a vantagem de oferecer modalidades de inserção profissional bem mais compatíveis com as aprendizagens e trajectos mais frequentes nos meios que combinam agricultura e produção artesanal.

É que, não obstante o esforço físico e a exposição a contingências meteorológicas muitas vezes penosas, a Construção Civil permite uma margem de liberdade particular no plano da utilização e da mobilização do corpo, que não é estritamente submetido ao ritmo de uma máquina, como é o caso na linha de montagem, oferecendo, ainda, a possibilidade de escapar ao controlo sistemático de todos os gestos e de todos os movimentos.

Este é um aspecto em que a indústria da Construção Civil apresenta uma notável especificidade, por comparação com outros ramos industriais que igualmente privilegiam o recrutamento de uma mão de obra de origem camponesa e artesanal, configurando uma pluralidade de contextos de trabalho que, não obstante a imposição de exigentes normas de produtividade, funcionam um pouco como os universos da aprendizagem camponesa, bastante distanciados da disciplina técnica da fábrica.

Por contraste com a linha de montagem, onde a própria materialidade das máquinas e dos seus ritmos poderá contribuir para uma percepção mais clara do carácter arbitrário da disciplina da fábrica, apesar da docilidade incorporada no decurso da socialização pré e extra- profissional, a Construção Civil parece ser o ramo industrial onde as dificuldades de adaptação deste tipo de operários são mais reduzidas, se é que existem.

Com efeito, se considerarmos a hipótese, muito provável²⁷, de que uma parte muito substancial da formação da mão de obra recai nas pequenas empresas

²⁷ Tendo em conta a análise do campo das empresas da Construção Civil desenvolvida na tese, mas não reproduzida neste artigo.

da Construção Civil, segundo um modelo que reproduz, não sem algumas transformações, a aprendizagem camponesa e artesanal, há motivos para reconhecer que alguns dos traços deste tipo de aprendizagem, tais como a participação num universo fechado de trabalho unido por uma solidariedade interessada, em torno do grupo doméstico e de um contexto local marcado por redes de interconhecimento, estão bem presentes nesta indústria.

A comparação com outras indústrias mão de obra intensivas leva a sustentar que a especificidade da Construção Civil se resume aos seguintes aspectos:

- menor isolamento e individualização dos postos de trabalho operário, desde logo porque as tarefas não são, nem standardizadas, nem repetitivas e porque existe uma muito forte complementaridade entre as diversas especialidades envolvidas na construção;

- modelo organizacional em equipas, respeitando a necessidade de compatibilizar os modos de produção com a variabilidade dos tipos de construção;

- universos de trabalho incompatíveis com a imposição de rígidos métodos de controlo dos tempos e modos de fazer, fornecendo numerosas oportunidades de intercomunicação que, sem porem em causa o envolvimento no esforço produtivo, introduzem um certo cunho lúdico nos diversos colectivos operários que se entrecruzam nos estaleiros.

Não surpreende, pois, que, para muitos operários, a Construção represente um tipo de trabalho bem menos solitário e constrangedor, não somente porque a actividade é exercida ao ar livre e num local não confinado a um espaço exíguo, rígido e inamovível, mas, sobretudo, porque o ambiente de trabalho é, em si mesmo, bem mais propício a formas de improvisação e convivialidade, objectivamente muito mais refractário a sistemas de controlo segundo modalidades estritamente codificadas.

Pode-se, então, concluir que os estaleiros da Construção Civil apresentam a particularidade de preservarem os operários do empobrecimento que decorre da fragmentação das tarefas. Ao suscitarem a polivalência e deixarem margem para a interacção entre tarefas complementares e para as relações interpessoais entre pares, os estaleiros estão longe de provocar os desfasamentos e dificuldades de adaptação que podem ser observadas noutras indústrias mão de obra intensivas.

Permeabilidade de certos contextos urbanos à cultura camponesa e artesanal

Da análise anteriormente desenvolvida, sublinhando o peso da da socialização primária na particular adaptabilidade dos operários da Construção Civil a modalidades de gestão da mão de obra francamente penalizadoras, não se deve retirar a conclusão de que o recrutamento dos operários da Construção Civil se circunscreve aos herdeiros do mundo rural.

Além dos operários mais directamente ligados à cultura camponesa e artesanal, importa considerar outras circunstâncias igualmente favoráveis à referida naturalização das múltiplas modalidades de flexibilização dos vínculos contratuais que se desenvolvem com particular acuidade, nesta indústria.

Com efeito, a interiorização das predisposições culturais que asseguram a vivência subjectiva do trabalho na Construção Civil como uma oportunidade de realização pessoal (justificando, deste modo, o investimento numa aprendizagem que é, todavia, submetida a fortes barreiras iniciáticas) não foi unicamente alimentada nos contextos familiares tradicionalmente ligados à pequena agricultura de auto-subsistência e à produção artesanal.

Referimo-nos, nomeadamente, aos operários que residem nos concelhos mais urbanizados do distrito do Porto, onde a indústria da Construção Civil recruta uma parte significativa da mão de obra operária, e que podem reproduzir alguns dos traços da cultura artesanal.

Embora mais expostos ao avanço dos padrões de vida urbanos, alguns destes concelhos comportam ainda no seu seio áreas em que estão bem visíveis numerosos vestígios de ruralidade, tanto na paisagem como nos modos de vida estruturados na base de grupos familiares relativamente extensos que lançam mão da combinação do assalariamento com práticas económicas não mercantis.

Apesar da desagregação do antigo espaço rural em vários e diferenciados subespaços de vizinhança (bairros urbanos, lugares operários, áreas de trabalho e de habitat conservando certos traços do campesinato), tendendo a relativizar as experiências e referências culturais estritamente camponesas e, desse modo, contribuindo para complexificar as atitudes face à escolarização dos filhos, às relações familiares e aos poderes públicos, persiste nestas áreas um tipo de estrutura familiar que conserva algumas funções produtivas²⁸.

²⁸ O inquérito permitiu verificar que os trabalhadores pertencentes aos grupos domésticos mais vastos (famílias nucleares contando 4 ou mais elementos) e a famílias alargadas representavam 64.5% da amostra.

As clivagens que atravessam o colectivo dos operários da Construção Civil não passarão, exclusivamente, pela oposição do meio rural ao urbano, desde logo por ser possível constatar que os espaços em causa apresentam numerosos exemplos bem marcantes da permanência da cultura artesanal²⁹, em particular da predisposição para canalizar as energias do grupo doméstico para a acumulação de um pequeno património familiar.

A posse de um terreno, mesmo com dimensões reduzidas, cria condições para recorrer a estratégias de pluriactividade em domínios que podem ir desde o cultivo de pequenas hortas à criação de oficinas artesanais, combinando o trabalho assalariado com a produção independente e a produção para o auto-consumo, sendo que esta última envolve, muitas vezes, a construção, a manutenção e a ampliação progressiva da própria habitação.

Deve-se, pois, admitir, no próprio seio dos operários dos meios urbanos, a existência de condições de vida marcadas pela mesma dureza e pelo mesmo recurso à intensificação do trabalho e à polivalência manual, apercebidos como os únicos meios acessíveis para compensar a depreciação social resultante da fraca formação escolar e profissional, que foram observados nos operários que permanecem integrados no mundo rural.

Identities pouco abertas à crítica das hierarquias sociais

A combinação de um certo conformismo face aos mecanismos de exploração e de dominação nos contextos do trabalho assalariado com formas de resistência à vulnerabilização e à derrapagem para situações de total dependência de um salário baixo e incerto faz com que estes operários enfrentem a adaptação ao mundo industrial, desenvolvendo processos de valorização identitária que podem ser classificados na categoria das estratégias de saída da situação favoráveis ao sistema dominante³⁰.

²⁹ Um dos mais notáveis é provavelmente a produção do alojamento clandestino em regime de auto-construção, um fenómeno que, há mais de trinta anos, prolifera nas regiões suburbanas da Área Metropolitana do Porto, sendo objecto, ou não, de tentativas de integração num tecido urbanizado.

³⁰ Esta caracterização das reacções identitárias apoia-se nas tipologias propostas por C. Camilleri, J. Kasterstein, E.M. Lipiansky, H. Maleweska-Peyre, I. Taboada-Léonetti e A. Vasquez, in: *Stratégies identitaires*, PUF, Paris, 1990 e V. De Gaulejac, I. Taboada-Léonetti, in: *La lutte des places, Insertion et désinsertion*, Hommes et Perspectives/Epi- Desclée de Brouwer, Paris, 1994.

São duas as hipóteses mais prováveis de construção identitária dentro da categoria acima referida: as estratégias de mobilidade social ascendente, nos casos de evolução para o estatuto de pequeno patrão ou de trabalhador independente; as estratégias colectivas de visibilidade social patentes em diversas formas de valorização colectiva do trabalho, do esforço físico, da virilidade do ofício.

Num caso como no outro, estamos em presença de fenómenos de forte integração social, no sentido em que as hierarquias sociais, mesmo quando vividas como injustas, são percebidas como fazendo parte de uma inevitável ordem natural, em relação à qual é, às vezes, compreensível manifestar uma revolta espontânea e imprevisível, sem que isso signifique uma identificação com um qualquer projecto de transformação das relações laborais.

A afirmação do valor do trabalho executado, com que nos deparamos muito frequentemente no decorrer da observação de terreno, designadamente através das múltiplas manifestações de coragem física ou por via das referências à impossibilidade de erguer as construções exclusivamente a partir do trabalho dos arquitectos e dos engenheiros, está mais próxima da procura de reconhecimento do seu próprio valor do que do questionamento da arbitrariedade dos princípios de divisão e de valorização do trabalho.

É pertinente examinar, a este propósito, o sentido das respostas às questões do inquérito destinadas a conhecer as representações dos operários acerca das relações de trabalho no seio das equipas e face às dificuldades particulares surgidas na execução das tarefas³¹.

Ressalta, em primeiro lugar, a enorme importância que os operários atribuem ao seu chefe directo na resolução dos problemas, não sendo, todavia, esta tendência incompatível com um certo reconhecimento da sua própria participação nas opções a tomar em relação aos modos de fazer concretos no quotidiano do estaleiro.

³¹ As perguntas foram formuladas do seguinte modo::

«Muitas vezes o trabalho é organizado, na Construção Civil, em equipas de trabalhadores. Como descreveria as relações de trabalho dentro da equipa e desta com o chefe/encarregado?

- Diz-se ao trabalhador "faça isto, faça aquilo" e não se lhe pede opinião;

- Se o trabalhador tem uma ideia interessante, o chefe considera-a e adopte-a;;

- Cada um discute livremente com o chefe o trabalho que deve realizar e em conjunto decidem a melhor forma de o fazer».

«Se tiver que fazer um trabalho mais difícil do que o habitual:

- Discute o assunto com os colegas;

- Vai ter com o chefe ou com um superior;

- Desenrasca-se sozinho».

Dos 764 inquiridos, 61,8% indicaram preferir recorrer ao seu chefe, quando se deparam com dificuldades na execução das tarefas. Em contraste muito visível com esta tendência, registe-se que apenas 7,3% dos inquiridos responderam que preferem recorrer aos colegas quando enfrentam um trabalho mais complexo do que o habitual.

A ideia de que possuem uma fraca predisposição para a troca de opiniões entre iguais, em caso de dificuldades na realização das actividades, é reforçada pela importância relativa do número de respostas que manifestam preferência pela resolução individual das dificuldades (11% do universo amostral).

Um pouco mais de metade dos inquiridos considera que as chefias directas tomam habitualmente em conta as suas opiniões acerca do modo de executar as tarefas, o que confirma, em alguma medida, as análises que reconhecem a particularidade da Construção Civil no que respeita à combinação entre produtividade e flexibilidade organizativa.

No fundo, e voltando à comparação com o modelo cultural da solidariedade crítica, típico dos operários de ofício, não parece haver dúvida de que muitos operários da Construção Civil dão mostras de uma fraca predisposição para se assumirem como críticos em relação aos mecanismos sociais que participam na produção e reprodução dos princípios de divisão hierárquica do trabalho.

Marcados por uma cultura rural caracterizada, pelo menos entre as gerações adultas, por uma densidade e coesão normativas relativamente fortes, fundadas numa visão do mundo em que as hierarquias não comprometem a harmonia, já que são aceites como factos inevitáveis que fazem parte de uma ordem natural, estes operários acabam por encontrar nos seus contextos de trabalho um ambiente que reforça a inexistência de predisposição para a aprendizagem e a interiorização das práticas associativas geradas a partir do conflito de interesses e da oposição entre exploradores e explorados, dominantes e dominados.

A análise das informações recolhidas revela que as respostas à questão relativa à maneira de ocupar os lazes vieram confirmar esta tese de uma fraca predisposição para a vida associativa. Com efeito, apenas 0,8% dos inquiridos mencionaram a sua preferência pela participação em associações ou grupos desportivos. Mais expressivas, ainda, são as respostas à pergunta «Indique quais os três grupos a que se sente mais ligados», já que o seu apuramento sugere a quase inexistência de propensão para a identificação com um sindicato (0.3%), um partido político (0.5%) e com associações recreativas (3.1%).

Regista-se, em contrapartida, uma notória superioridade numérica das preferências pelos «colegas de trabalho» (82.5%), independentemente da idade, categoria profissional e equipa em que trabalham, pelos «familiares e parentes»

(71%) e, ainda que com menor incidência, pelos «grupos de amigos com a mesma idade fora do trabalho» (16.5%), pelos «vizinhos» (15.6%) e pelo «grupo desportivo» (5.9%).

É ainda significativo constatar que somente 3.3% dos inquiridos descreveram a pausa para almoço, nos dias de trabalho, como uma boa oportunidade para discutir assuntos políticos, enquanto que 87.3% valorizam mais a «oportunidade de descansar», 58.8% preferem «discutir futebol» e, finalmente, 12.7% afirmam aproveitar este tempo disponível para «discutir assuntos de trabalho».

Bem mais aptos para aceitar as relações de dependência inter-pessoal típicas da comunidade interclassista, estruturada em função de uma ideologia que enfraquece a dialéctica de afirmação das diferenças, do que para assumir uma demarcação nítida face aos grupos que protagonizam a exploração e a dominação política e cultural, os operários da Construção Civil cuja socialização extra-profissional ocorre nos contextos suburbanos adquiriram predisposições muito semelhantes às observadas entre aqueles cuja ligação com a cultura camponesa se mantém viva.

Não é, pois, surpreendente que invistam em estratégias identitárias de revalorização baseadas numa visão realista que os leva a enfrentar a pressão da necessidade através de um forte investimento moral e afectivo no trabalho e nas práticas culturais valorizadoras de tipos de sociabilidade familiar e de vizinhança próprios da comunidade tradicional.

Para terminar, não será de excluir totalmente a eventualidade de se ter consolidado um segmento operário com características idênticas às dos trabalhadores totalmente desprovidos de meios de produção e cuja origem urbana, mais antiga, tenha contribuído para o desenvolvimento de uma maior consciência das oposições e clivagens sociais geradas no e pelo trabalho.

A sua sensibilidade para os temas políticos e cívicos, em acentuado contraste com a da grande maioria dos agentes que parecem manifestar um sentimento de exterioridade em relação à vida política e sindical, promove o investimento em estratégias de revalorização colectiva, capazes de integrar o carácter conflitual dos interesses ou, até, um certo questionamento do sistema social dominante, apostando no sindicalismo, ou noutras formas de associação política, como meio privilegiado para aceder à dignidade social.

A maior diversidade das referências culturais e ideológicas oferecida pelo mundo urbano pode, sobretudo quando combinada com a participação em contextos de sociabilidade que favorecem a apropriação de uma linguagem crítica dos modelos e processos sociais que organizam o mundo do trabalho, dar forma

à estrutura de plausibilidade capaz de gerar a ruptura com as representações que naturalizam os constrangimentos que aí imperam.

Com efeito, é pouco provável que a situação de estrita dependência do assalariamento, só por si, crie a consciência da importância das organizações sindicais e a vontade de nelas participar, mesmo quando se experimenta o contraste entre a escassez do salário e a intensidade do esforço produzido.

As características inerentes ao funcionamento dos estaleiros e a poderosa expansão das formas atípicas de emprego que neles se verifica constituem um conjunto de condicionamentos que só poderão ser rompidos se o operário sair do seu isolamento e tomar consciência de que a negociação do custo e das condições de trabalho não depende da relação interpessoal entre trabalhador e patrão.

A convivialidade com outros operários mais familiarizados com uma cultura de afirmação da classe na base da consciência do valor e utilidade social, mais identificados com a organização sindical enquanto meio prático de concretização dessa utilidade, certamente constituirão oportunidades para adquirir modos de percepção e de avaliação melhor equipados para participar na luta de classificações e na negociação das condições de trabalho.

Em suma, há lugar para sublinhar que a despolitização dos operários da Construção expressa na sua considerável resistência à participação em formas associativas de tipo sindical, assenta em razões que estão longe de depender unicamente da fragmentação, mobilidade espacial e fugacidade dos lugares e dos colectivos de homens envolvidos na produção.

Na realidade, é uma combinação de vários factores, uns relativos ao impacto da socialização pré e extra profissional ao nível da configuração de certas modalidades de adaptação e de aprendizagem da condição operária, outras remetendo para as principais opções de gestão da mão-de-obra e para as lógicas que presidem às interações entre agentes empresariais do campo, que permite chegar à determinação dos principais obstáculos que se opõem à percepção de um conflito estrutural de interesses, fundado sobre a separação do produtor dos meios de produção.

Prolongamento da escolaridade, tendência para a ruptura dos mecanismos de socialização profissional baseados na aprendizagem *sur le tas* e aprendizagem da desqualificação

Claro que as possibilidades de retirar do trabalho de ofício as vantagens psicológicas, económicas e sociais acima analisadas esbarram actualmente com

certos constrangimentos decorrentes das mudanças ocorridas na socialização das mais jovens gerações, em especial a partir da imposição do alargamento do período de escolarização obrigatória. Por si só, esta mudança é um importante factor de desagregação de alguns dos mais importantes mecanismos que caracterizavam a socialização pré profissional nessa tradição rural e artesanal.

Precisamente por ter contribuído para a interiorização da desafeição pelo trabalho manual, desafeição esta instilada por uma cultura claramente desvalorizadora dos saberes adquiridos pela prática, e, por maioria de razão, dos saberes manuais, o avanço da escolarização acabou por ser portador de certos efeitos não previstos, de entre os quais o mais preverso terá sido a produção de um desfazamento entre as expectativas a respeito do trabalho e os reais constrangimentos que aí imperam.

Na origem desse desfazamento está o tipo de socialização que é realizado pela escola, em notório contraste com a natureza da disciplina e modos de aprender que são requeridos pela cultura do ofício.

Para começar, mesmo nos casos em que o tempo de escola não se traduziu pela obtenção do título correspondente, esse relativamente longo período de deriva não deixa de inculcar uma elevação de expectativas em contraste, muitas vezes dramático, com a ausência das disposições necessárias para as alcançar por meios socialmente legítimos.

Por outro lado, a passagem mais prolongada pela escola não constitui uma garantia de acesso directo a postos de trabalho qualificados, nem, tão pouco, preserva o jovem operário de ser chamado a executar todas as tarefas mais servis e de lhe ser requerida uma longa aprendizagem num clima de demonstração de submissão aos que possuem mais saberes e experiência. A desvalorização dos títulos escolares dos operários da Construção é um facto que contrasta com as expectativas criadas na passagem pela escola onde, entretanto, não foram adquiridas as disposições que poderiam facilitar a aceitação de um sistema de aprendizagem que, apesar de tudo, possibilita o acesso a saberes profissionais económica e socialmente valorizados.

As incompatibilidades entre a socialização escolar e o modelo da formação *sur le tas* são tantas e tão profundas que se torna cada vez mais problemático reproduzir as futuras gerações de operários com qualificações ricas e fortemente identificados com o valor do trabalho. Além dos aspectos anteriormente apontados, o distanciamento entre a socialização escolar e profissional assume, neste campo de actividade económica, contornos ainda mais problemáticos em virtude da forte desvalorização simbólica a que é votado o trabalho dos operários da Construção, vulgarmente associado à força e à rudeza.

Numa sociedade e num tempo em que as gerações mais jovens, compelidas a uma escolarização obrigatória mais longa, são levadas a experimentar uma vergonha cultural pelas actividades que envolvem a manipulação de materiais que sujam e exigem esforço físico, mesmo quando não se adquiriram os diplomas que estão mais preservados de sofrer desvalorização, estão criadas as condições sociais de produção de atitudes de desafeição pelo próprio trabalho.

Isso explica que sendo a indústria da Construção um reduto onde ainda existe lugar para a autonomia profissional, para o exercício de tarefas complexas e criativas, onde o ofício tem um valor estratégico, nem assim se apresenta às mais jovens gerações candidatas às profissões operárias como um campo atractivo em termos profissionais. A dureza das condições de aprendizagem, não só no plano do risco e do esforço físico mas, igualmente, no que respeita aos padrões de disciplina personalizada e com um certo cariz autoritário, que aqui se fazem sentir com especial notoriedade, revelam-se cada vez mais incompatíveis com sistemas de expectativas e predisposições interiorizadas noutros contextos de socialização.

Todavia, para as empresas de Construção, esses jovens que não conseguiram retirar do sistema escolar os trunfos necessários para chegarem aos postos de trabalho compatíveis com as aspirações constituem uma reserva de mão-de-obra não qualificada aproveitável nos trabalhos que apenas requerem o uso da força física. Também neste caso se verifica uma espécie de funcionalidade regressiva entre as estratégias de gestão da mão-de-obra accionadas pelas entidades empresariais e as disposições dos agentes.

Para alguns sectores dos mais vulneráveis ou excluídos do mercado de trabalho, a oferta de emprego instável ou clandestino pode ser uma oportunidade bem recebida já que é compatível com uma subcultura propensa a formas de relacionamento instável, volátil, a actos de fuga à rotina, a comportamentos de independência em relação à família, etc.. A consonância desta subcultura com o carácter errático de certos segmentos do mercado de trabalho assegura as condições de reprodução deste exército de reserva cujas características o aproximam da underclass, para utilizar a terminologia de Olin Wright.

Será portanto a distanciação e não a identificação com o trabalho que constituirá o núcleo central dos seus investimentos identitários. Seja pela ruptura das expectativas geradas na escola, seja devido a uma socialização primária dominada pelas marcações negativas atribuídas à família de origem, ao meio residencial e ao estilo de vida, deixa de ser possível reunir as condições subjectivas em que assentava a aprendizagem da qualificação.

Mas a reprodução da camada não qualificada dos operários da Construção pode ainda ser feita à custa, pelo menos em parte, de uma reserva de mão-de-obra ainda mais predisposta a acatar todas as condições com a docilidade de quem não têm alternativa. Os imigrantes da ex-colónias e, mais recentemente, dos países de leste são um recurso que vem, de algum modo, colmatar as crescentes dificuldades de recrutamento de uma mão-de-obra operária e assim adiar os problemas da socialização profissional das mais jovens gerações. As modalidades de integração desta mão-de-obra é um assunto que merecerá investigação posterior, desde logo para determinar até que ponto a sua participação permite adiar mudanças que correspondam ao tratamento das contradições analisadas.

Tudo leva a crer que à medida que a reprodução do sistema de formação *sur le tas* se vá tornando progressivamente mais incompatível com os modos prevaletentes de socialização das gerações mais jovens, mais se impõe uma reformulação dos modelos de socialização profissional. Para isso será necessário implicar o sistema de ensino e as próprias entidades empresariais, por forma a encarar os dois tipos de problemas que estão no centro dos disfuncionamentos entre sistemas de ensino e de emprego na indústria da Construção.

No que toca às empresas será preciso evoluir para uma gestão que valorize componentes de formação teórica e cultural tradicionalmente tidas como inúteis para o bom desempenho operário. Por seu turno, a formação terá que evoluir para uma maior integração dos problemas concretos do mundo do trabalho e uma organização curricular que não descure nem a aprendizagem de saberes teóricos, processuais práticos, nem a de saberes fazer.

Combater a indignidade social que actualmente é atribuída ao trabalho manual na Construção, designadamente através da valorização simbólica do trabalho artesanal e do questionamento da sacralização arbitrária dos saberes teóricos, é uma pista a desenvolver para que seja possível produzir uma mão-de-obra mais predisposta para se apropriar desse complexo de saberes que fazem parte da cultura de ofício.

BRANCA